

REFLEXÕES SOBRE LETRAMENTO CRÍTICO RACIAL A PARTIR DE PODCASTS COM TEMÁTICAS DE NEGRITUDE E ANTIRRACISMO

Jaiane Karoline Guilherme de Oliveira¹

¹ Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), membra do grupo de pesquisa Linguagens e Estudos Afro Latino Americanos (LEAFRO/UFPE), pós-graduanda em Linguagens e Práticas Sociais pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e graduada em Letras/Português pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2032-7911>

RESUMO

Neste artigo proponho reflexões sobre a relevância das narrativas dos podcasts com a temática da Negritude e do antirracismo como prática social de uma parcela da sociedade que teve o apagamento de suas vozes plurais na história da sociedade brasileira e que agora utiliza esse espaço midiático das plataformas de streaming para dar voz e vez, quem sabe, a constituição de identidades sociais e raciais, ainda que de forma subjetiva. Então, algumas observações são feitas, utilizando como referencial teórico as pesquisas de Lagares (2018), Cida Bento (2002), Kassandra Muniz (2016), Plaza Pinto (2018), dentre outros, para discutir essa prática contemporânea acessível ao público e amplamente utilizada como um recurso difundido, principalmente, entre os jovens. Para os devidos fins, o trabalho está dividido em quatro partes, são elas: “Quando uma prática cotidiana suscita questões sociais de raça e cor”; “O Viés da Sociolinguística Sobre a Linguagem e a Produção de Conhecimento”; “As ideologias linguísticas nas práticas sociais sobre Negritude e antirracismo”; e por último, “A prática social do podcast e sua contribuição para formação identitária da comunidade negra no país”. Ao longo desses tópicos serão desenvolvidas considerações a respeito de como a prática social de ouvir narrativas históricas pode contribuir para a formação de um letramento crítico racial.

Palavras-chave: podcast. Negritude. Antirracismo. Prática Social. Letramento Crítico Racial.

REFLECTIONS ON CRITICAL RACIAL LITERACY FROM PODCASTS WITH THEMES OF BLACKNESS AND ANTI-RACISM

ABSTRACT

In this article I propose reflections on the relevance of podcast narratives with the theme of blackness and anti-racism as a social practice of a portion of society that had its plural voices erased in the history of Brazilian society and that now uses this media space of streaming to give voice and turn, perhaps, to the constitution of social and racial identities, even if subjectively. Then, some considerations are made, using as a theoretical reference the research of Lagares (2018), Cida Bento (2002), Kassandra Muniz (2016), Plaza Pinto (2018), among others, to discuss this contemporary practice accessible to the public and widely used as a widespread resource, mainly among young people. For all due purposes, the work is divided into four parts, they are: "When an everyday practice raises social issues of race and color"; "The Sociolinguistics Bias on Language and Knowledge Production"; "Linguistic ideologies in social practices regarding blackness and anti-racism"; and finally, "The social practice of podcast and its contribution to the identity formation of the black community in the country". Throughout these topics, considerations will be developed regarding how the social practice of listening to historical narratives can contribute to the formation of critical racial literacy.

Keywords: podcast. Blackness. Antiracism. Social Practice. Critical Racial Literacy.

1. Introdução: Quando uma prática cotidiana suscita questões sociais de raça e cor

Acordar pela manhã e colocar um podcast para escutar enquanto preparo o café, ou durante uma faxina, ou ainda em uma lavagem de louça suja se tornou uma prática comum em meu cotidiano, e não foi difícil perceber, em rodas de conversas com amigos, que muitos adquiriram hábito semelhante: o de ouvir podcast como algo corriqueiro. Lógico que existe um leque imenso de possíveis temas que podem ser acessados nas chamadas “plataformas agregadoras de áudio” (Trigo, 2022, p. 2), mas o intuito nesta pesquisa é nos debruçarmos sobre uma temática específica: os podcasts que abordam questões raciais, Negritude, antirracismo e a história afro-brasileira, ou seja, aquelas que estão fora do que tem sido propagado pelo eixo hegemônico do eurocentrismo.

Enquanto mulher, preta e nordestina que sou e pertencendo ao campo das ciências humanas, os programas de áudio que mais me interessam normalmente estão dentro dessas questões. No entanto, não é só para ocupar o tempo livre ou preencher a mente divagante durante tarefas domésticas que servem os podcasts. Diante da série de pesquisas históricas e entrevistas que tenho ouvido e o contato com textos que discutem a Negritude no Brasil e seus desdobramentos, passei a questionar-me sobre o papel desses programas midiáticos sonoros contemporâneos enquanto prática social e espaço de contribuição para construção identitária racial através do compartilhamento de narrativas orais, entrevistas, depoimentos, etc. É a vez da gente preta contar sua história e ser escutada.

Para manifestar essas ideias sobre o papel dos podcasts que discutem a Negritude e o antirracismo como um espaço de letramento crítico racial e prática social, me amparei em algumas grandes áreas de estudo, como a Sociolinguística, a Sociologia e a História. À luz dos teóricos Muniz (2016), discutindo a necessidade de reavaliar a “tradição logocêntrica”; Plaza Pinto (2018), expondo a estigmatização da linguagem a partir das raças; Lagares (2018), abordando as ideologias linguísticas; Bento (2002), sobre o pacto da branquitude no Brasil; Borges & Melo (2019), a respeito do reflexo dos termos raça e racismo na construção política e social. Além disso, a partir dos estudos de Trigo (2022) sobre “Vidas Negras e Histórias Pretas: podcasts dão Voz ao Invisível”; de Afonso (2012), acerca da importância das narrativas orais e de Soares & Vicente (2021) a respeito dos letramentos críticos construídos nas representações culturais presentes nas mídias, foi possível elucidar provocações entre o lugar de fala criado nos podcasts

sobre a Negritude e a possível relevância deles para o processo de formação identitária da comunidade afro-brasileira contemporânea.

2. O Viés da Sociolinguística Sobre a Linguagem e a Produção de Conhecimento

Partindo do pressuposto de que a teoria literária, bem como a linguística comungam da tradição logocêntrica que sempre reinou sobre o pensamento ocidental, o qual foi responsável pela criação da figura de homem branco europeu idealizado e que esses fundamentos predominam até hoje, faz-se necessário que esse ideal seja posto abaixo e reavaliado (ARROJO e RAJAGOPALAN, 1987, p.19, apud Muniz, 2016).

Porque, além do pacto da branquitude em preservar sua imagem acerca da responsabilidade sobre as consequências do colonialismo e do racismo estruturado no Brasil (Bento, 2002), “qualquer produção de conhecimento que tenha como pilares o senso comum, a linguagem ordinária, as identidades, as revoluções do cotidiano será visto no mínimo com desconfiança, mesmo por aqueles que sofrem a pressão do paradigma dominante” (Muniz, 2016, p. 771).

Quer dizer, será que os atingidos diretamente pelo processo da colonização não seriam dignos de fazer parte da história como narradores protagonistas? Significa que as histórias que preenchem os livros didáticos e feitas por pessoas brancas falando sobre pretos seriam as confiáveis? Confiáveis para quem? A quem essas histórias gravadas nos documentos oficiais e registradas nos livros querem proteger? Talvez o ego dos brancos que desfrutaram dos privilégios e riquezas conquistados por meio da violência infligida aos africanos sequestrados e escravizados, assim como seus descendentes (Bento, 2002).

E não só historicamente esses corpos foram animalizados, desumanizados e postos à margem, como também suas marcas linguísticas foram suprimidas, já que eram tidos como inferiores ao homem cartesiano, a quem recai os prestígios. Então, tinha-se que “esses corpos (pobres, mulheres, camponeses e não europeus) marcados pelo estigma das limitações cognitivas recebem seu lugar na economia das trocas linguísticas como os que não produzem, mas recebem” (Pinto, 2018, p. 713)

A estigmatização é uma máquina expressiva provida de uma força elocutória e que, conforme regras ou convenções sociais, determina atos de linguagem tais como a ofensas e a ridicularização, exemplos de um conjunto variável de formas eficazes de produzir e distribuir papéis, obrigações e vínculos sociais, “estigmas” que marcam e demarcam os corpos. (Sales Jr., 2006, p. 233, apud Pinto, 2018, p. 713)

E as consequências de mais de trezentos anos de escravidão e naturalização do racismo como parte estrutural da nossa sociedade são desastrosas. Um exemplo disso é a legitimação de um tipo de fala e aversão às variações mais populares dela. Se de um lado você tem uma língua de prestígio, do outro tem aquela tida como “errada”, “feia”, “inferior” e sinônimo de “burrice”.

As relações sociais também são pautadas assim. Uma passagem no texto de Lélia Gonzáles ilustra adequadamente essa preocupação do que se espera de comportamentos sociais aceitáveis e os reprimíveis, incluídos os modos de falar:

... Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioulo da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar juto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve um hora que não deu prá agüentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... (Lélia Gonzales, 1984, p. 223)

Na citação acima, a autora consegue demonstrar um paralelo entre o saber, a legitimidade da fala e as relações sociais, numa ilustração de como os brancos detêm o conhecimento e se comportam de forma adequada, mas os negros, por sua vez, ficam “catimbando a discurseira deles”, se comportando de maneira animalesca e são repreendidos por isso. É traçado nessa passagem um embate do ideal racional e seu extremo oposto. Gonzáles encontra desse jeito um modo de expor o preconceito com o “pretuguês” e o ocultamento da figura feminina negra no processo que excluiu essas vozes, como disse Pinto (2018, p. 714), “A ideologia da ‘competência linguística’

encontra seu contraponto na ‘irracionalidade’ do seu gesto racial”. E, ainda segundo Kroskrity (2000, p. 3, apud Pinto, 2018, p. 715), há “regimes” que invocam a exposição política em diversos aspectos, em consonância com a força coercitiva do Estado e a imposição de uma cultura maior sobre a menor, antropofagia essa que só ocorre porque o Estado é conivente (Pinto, 2018, p. 715).

O que revela a grande estrutura construída para propositalmente silenciar certas comunidades desprestigiadas como a população negra, ao longo da história, e assim, embelezar o histórico do país e purificar o máximo possível seu passado, que na realidade carrega muito sangue de escravizados em suas páginas.

Entre os brasileiros, um outro exemplo a ser citado desse regimento instaurado pode ser observado nas “conexões indexicais” estabelecidas entre signos linguísticos e fatores contextuais, o que prova a existência de hierarquias. Em outras palavras, se o falante utiliza bem sua competência linguística, ou seja, o mais próximo da língua culta, ele possui mais valor que alguém com uma fala marcada por traços mais populares, com uso de gírias, concordância que não esteja tão alinhada quanto prescreve a gramática normativa, etc. A sociedade divide assim o joio do trigo. Isso é cruel. Não existe nada mais injusto do que uma população que escolhe humanizar e valorizar uns em detrimento de outros. Nesse sentido, por pior que essas relações possam parecer, precisam ser estudadas. Deve-se chegar à raiz do problema, o processo de colonialismo, para estancar o alastramento das imposições de regimes decorrente dele.

Nesse mesmo viés, Fanon expõe uma triste premissa: “todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – uma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (2008, p. 34, apud Pinto, 2018, p. 716). Assim, até mesmo a camada mais oprimida de uma sociedade tende a corresponder a esse lugar subjugado no qual é colocada. Deve ser notório, por exemplo, que importamos muita cultura vinda da Europa e da América do Norte. Já percebeu? Temos algum tipo de complexo de que o que vem de fora, o que é gringo, é melhor do que o que é produzido aqui, em território nacional. E de maneira mais particular, há uma tendência ao branqueamento, tão explorado no texto de Bento (2002), que possuem, boa parte das pessoas pretas.

Fanon nos indica que as relações raciais estruturam as práticas linguísticas, na medida em que tais relações foram construídas no processo colonial que alçou certa “racionalidade” à condição hegemônica e as línguas coloniais se tornaram o meio mais puro para a expressão dessa “racionalidade” (Mignolo, 2003; Bauman e Briggs, 2003; Makoni et al., 2003; Makoni e Pennycook, 2007, apud Pinto, 2018, p. 716)

Não obstante, consideremos quais poderiam ser as implicações do ato de fala. O ato de falar detém em si um poder. Porque ainda que a fala não seja concreta, possui efeitos concretos. E a partir do momento em que somos falados ao invés de nos permitirem dizer, passamos a ser “infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos)” (Pinto, 2018, p. 717). E como subverter esse silenciamento? Criando espaços para se fazer ser ouvido, poderia ser um caminho possível. Uma frase curta, que na verdade demanda solução muito mais complexa na prática. É contribuindo com essa missão, criando lugares para ter voz e ser escutado, que emergem os podcasts sobre Negritude e antirracismo. E não poderia ser de outra maneira, afinal, são canais abertos, acessíveis a qualquer um gratuitamente, desde que tenha acesso à internet. A contestação não pode ser outra, senão o fazer emergir o particularismo de toda e qualquer forma linguística como prática e rearticular as narrativas e os conhecimentos sobre linguagem como marcadamente locais, comprometidas com o local geopolítico e corpóreo-político de quem fala. (Pinto, 2018, p. 718)

Na afirmação acima, Plaza Pinto (2018) concebe que articular práticas sociais que articulem narrativas e conhecimentos que possam contribuir para o registro e propagação de marcas identitárias particulares presentes nas linguagens de comunidades marginalizadas, agregando ao cenário geopolítico e corpóreo-político, é uma forma de reverter seus ocultamentos político-histórico-sociais.

3. As ideologias linguísticas nas práticas sociais sobre Negritude e antirracismo

Intrinsecamente associadas às práticas sociais que levantam a bandeira de alguma causa, tem-se as ideologias linguísticas.

Apesar das dificuldades linguísticas apresentadas pela noção de “ideologia”, o conceito de ideologia linguística [grifos do autor] veio ganhando terreno nos últimos anos em estudos sociolinguísticos e de antropologia que as concepções culturais são parciais, respondem a interesses e são sempre objeto de linguística, por expressar as relações que as representações estabelecem entre a língua e os seres humanos na vida social (Woolard, 2012, p.19), abordadas de uma perspectiva crítica que não esquece polêmica. Por esse motivo, essa noção é também central para uma abordagem glotopolítica da linguagem (Lagares, 2018, p.212).

Ou seja, por trás de qualquer concepção cultural que se possa ter, é imprescindível a existência de uma ideologia linguística que a sustente, a partir da qual podem ser expressadas ideias e representações linguísticas (Lagares, 2018, 212) da perspectiva crítica pretendida. No seio desse apontamento, encontram-se temas abordados em

podcasts, como a Negritude, o antirracismo e suas implicações, que demandam uma ideologia linguística própria.

Tomemos neste artigo, as concepções de ideologia adotadas por Woolard (apud Lagares, 2018, p. 232), que a toma, primeiramente, como derivada e articulada pela experiência e pelo posicionamento social do indivíduo. E, em segundo lugar, como conjunto de representações associadas a posições de poder, quer seja de cunho social, político ou econômico, das quais desfrutam grupos dominantes para manutenção de sua glória, que pode ser usado para confrontar tais posições (Lagares, 2018, 213). De maneira complementar, Lagares (2018, p. 213) traz o recorte de José del Valle sobre a definição de ideologia linguística, que seria encarada como uma série de ideias que vinculam noções de linguagem, língua, fala e/ou comunicação com determinadas composições culturais, políticas e/ou sociais específicas, como as implicações de raça e racismo no Brasil.

Falar sobre Negritude, por exemplo, é admitir um conjunto de fatores que estão associados ao tema, como por exemplo, que ainda criança, as pessoas negras precisam refletir sobre sua condição social, seja dentro de casa ou no ambiente escolar, onde normalmente os primeiros comentários racistas são escutados e percebe-se que os outros a veem como “a diferente” (Ribeiro, 2019, p. 23). Envolve toda uma construção coletiva e individual de consciência social e política ao qual se é apresentado ainda muito cedo.

Particularmente, tenho memórias assim da minha infância, quando um grupo de colegas da sexta série começou a me chamar de “tocha”, porque eu costumava usar meu cabelo cacheado preso em um coque. Veja, o formato do coque, no cabelo de uma criança de 11 anos, se tornou uma piadinha entre os colegas. E não é só na infância que comentários e tratamentos de discriminação ocorrem. As marcas do racismo acompanham os pretos como um fardo ao longo de toda a vida. Na faculdade, quando um colega branco te risca de caneta preta durante a aula e diz que você nem precisa apagar o risco, “porque é tudo preto”, ou quando se vai ao shopping buscar uma encomenda e uma cliente branca pergunta se você é vendedora mesmo que você não esteja usando uma roupa nada parecida com a farda dos funcionários, assim, gratuitamente, associando que você só está ali para vender, não para consumir, como ela. Só para citar alguns casos pessoais. É exaustivo ser negra e ser antirracista numa sociedade estruturalmente racista.

No entanto, é necessário continuar com a luta, combater essa estrutura. E isso só é possível com perspectiva histórica, com conhecimento sobre nossa ancestralidade e as amarras do presente. “O primeiro ponto a entender é que falar do racismo no Brasil é,

sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências” (Ribeiro, 2019, p. 9).

“A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (SANTOS, 1983, apud RIBEIRO, 2019, p.11).

A própria criação do termo “raça” foi uma construção política, feita para categorizar, demarcar, inferiorizar, oprimir e violentar um grupo de pessoas por causa de sua cor de pele. Tudo o mundo que conhecemos hoje é fruto do trabalho escravo ao qual foram submetidas as pessoas negras, proporcionando riquezas para as metrópoles e suas colônias. Como ressalta Hall, citado por Borges & Melo:

É imperioso reiterar, em toda instância espacial e temporal, que o termo ‘raça’ possui é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e de exclusão – ou seja, o racismo’ (Stuart HALL, 2003, p.66 apud BORGES & MELO, 2019, p. 2).

É inegável que o Brasil tenha se desenvolvido economicamente em cima do sistema escravocrata, que teve como base, ao longo de centenas de anos, o tráfico de mulheres e homens negros, que foram sequestrados de suas terras natais, de todos os cantos do continente africano. Vidas que constituíram a força de mão de obra que possibilitou e sustentou o advento de ganhos socioeconômicos que nunca usufruíram (BORGES & MELO, 2019, p. 2).

Tendo essas conceituações em mente, é importante que se tenha a consciência de utilização de espaços como os podcasts com a representatividade da Negritude e debatendo questões antirracistas, já que na contemporaneidade, devido ao constante fluxo de informações a que somos bombardeados todos os dias por meio da internet, o mais sensato a ser feito é utilizar seus recursos midiáticos e suas significâncias com prudência e consciência. Como salienta bem Lagares (2018, p. 232):

É curioso, e ao mesmo tempo compreensível, que a descolonização e a destemporalização que a internet produz com a reprodução de textos ou imagens produzidos não se sabe onde nem por quem, por exemplo, coincida com uma preocupação cada vez maior pela delimitação dos lugares de fala de cada pessoa na esfera pública. Quando, de alguma maneira, as possibilidades de falar e de ser ouvido são maiores, é importante ter presente onde, como e quem está falando por quem, dado que as formas de silenciamento, em meio ao barulho, são também muito mais sutis. Os movimentos das minorias sociais costumam

ser plenamente conscientes disso. De uma perspectiva enunciativa, os efeitos de verdade dos discursos dependem de quem seja o enunciador e quais sejam as condições de produção do enunciado[...]. Na fluidez extrema das formas de comunicação contemporânea, tentar captar essas diferenças e reconstituir elementos fundamentais da enunciação é uma questão de responsabilidade política (Lagares, 2018, p. 232).

Então, cuidando do que é dito e acessado nas redes de podcasts, para que existam conteúdos de qualidade e com respaldo na veracidade é um modo de agregar à construção da história negra no Brasil, fornecendo dados para que se registre o lado negro da história e criando espaços de fala.

4. A prática social do podcast e sua contribuição para formação identitária da comunidade negra no país

A linguagem é campo de luta. Os lobos de que fala Hilda Hilst [...] se manifestam linguisticamente e podem ser combatidos (também) com a palavra, desde que entendamos a linguagem [...] como prática social. Obviamente, as intervenções sobre/na língua não impedem outro tipo de ativismo nem são contraditórios com outras formas de ação política. Mas nos usos linguísticos se manifestam posições ideológicas relativas a muitas polêmicas sociais, pois, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (Voloshinov, 2009, p. 33, apud Lagares, 2018, 211).

Como aponta Lagares, a linguagem é um forte campo para se lutar. É através dela que o povo consegue se comunicar, se fazer entender. Então, fazer uso da linguagem para brigar por espaço de fala, para ter voz, é combater o “inimigo” com suas “próprias armas”. Ora, se houve imposição de competência de fala e silenciamento das variáveis, que seja levantada, pois, a bandeira da resistência, falando e expondo as violências às quais a população negra foi submetida. Nada mais justo que os incomodados, descendentes de escravizados, oprimidos pela sociedade, toquem em assuntos desagradáveis e incomodem. A contemporaneidade e as mídias sociais têm sido ótimas aliadas de vários movimentos contra cultura hegemônica. E em meio a essas mídias, destacam-se os podcasts.

Para além da linguagem, destaco aqui a importância de dois elementos fundamentais para a formação letramento crítico racial e social, mas também imprescindíveis para que se compreenda o problema do racismo estrutural na nossa sociedade, a necessidade de nos tornarmos todos, todas e todes, antirracistas, e que nos ajudarão a desconstruir as marcas do racismo presente em nós: a primeira delas, a importância da memória; e a segunda, o letramento racial.

O professor, advogado, filósofo e ex-ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvio Almeida, alerta que todas as questões derivadas do racismo estrutural em nosso país só podem ser resolvidas se conseguirmos compreender que o racismo e seus âmbitos político e histórico, também estão inseridos no processo de constituição das subjetividades humanas (2017, p. 40, apud Trigo, 2022, p. 3). E como nos instrui Djamilla Ribeiro (2019), em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, para combater o racismo é necessário que cada pessoa, preta e não preta, informe-se sobre racismo; enxergue a Negritude; reconheça os privilégios da branquitude; perceba o racismo internalizado em si; apoie políticas afirmativas na educação; leia autores negros; questione a cultura que consome; conheça seus desejos e afetos; combata a violência racial (Ribeiro, 2019, p. 4). Esses processos fazem parte do letramento racial.

O letramento racial envolve etapas racionais e objetivas, tanto quanto subjetivas e sensíveis. Desconstruir os afetos racistas inconscientes – até que se veja sempre e acima de tudo humanidade de cada pessoa preta, conhecida ou desconhecida – é um longo processo, que exige atenção e dedicação constantes e depende de políticas públicas afirmativas, ou ‘discriminação positiva’, como refere Schucman (2016), bem como depende da vontade e do trabalho individual de cada pessoa (Trigo, 2022, p.4).

E ao que diz respeito à memória, a comunidade negra, posta à margem da história do Brasil, possui o direito à memória, ao não apagamento de suas vidas (e mortes), direito a propagar sua história amplamente e tendo a si enquanto protagonista, não permitindo que os brancos privilegiados continuem falando de uma história que não os pertence.

Memória é lembrança, mas também esquecimento. Na compreensão dos dicionários da língua está sempre associada ao ato de reter ideias e guardar impressões, mas na história precisamos compreender memória também como ausência, pois considerando que a construção da ‘história oficial’ foi e é seletiva, podemos depreender que a memória histórica é composta sempre pelo que foi lembrado e também pelo que foi esquecido ou excluído. Se observarmos, por exemplo, a memória presente em documentos escritos e ‘oficiais’, vemos que a sua preservação permanece menos atingida pelo tempo do que a das tradições orais, tão relegadas durante séculos pelo Ocidente. (MEIHY & HOLANDA, 2019, p. 17, apud Afonso, 2012, p. 8)

Para auxiliar no letramento racial e na obtenção da história que nos foi ocultada, a história oral pode ser utilizada como recurso desses registros e compartilhamento de experiências e vivências. Ao longo do tempo, a prática, também social, de utilizar a história oralizada para transmitir tradições, saberes e conhecimentos foi muito empregada por grupos sociais inviabilizados pela história hegemônica europeia e assim,

conseguiram passar adiante suas vozes e lutas, mesmo que tenham sido deixadas de fora dos registros oficiais.

Sendo de baixo, das margens, das fronteiras, das pessoas, a história e a educação decolonial são fundamentais para uma autoafirmação dos povos latino-americanos e dos sujeitos invisibilizados pela história. O estudo das memórias a partir da história oral fez com que grupos sociais antes excluídos pudessem fazer ecoar suas vozes e narrar com protagonismo suas histórias. Trazer uma alternativa ao eurocentrismo da história tradicional e valorizar a trajetória dos povos colonizados e/ou atingidos pela colonização, que fazem parte da nossa ancestralidade, valorizando trajetórias de indivíduos pertencentes a grupos sociais historicamente marginalizados (negros, mulheres, indígenas, LGBTQIA+, por exemplo), é demonstrar que o passado dessas pessoas importa e que o presente delas é parte da história que está sendo construída. (Afonso, 2021, p. 3)

As plataformas agregadoras de áudio, mais conhecidas como podcasts, são um gênero que começou a ser conhecido assim a partir do jornalista Ben Hammersley, que uniu as palavras ipod e broadcast (transmissão), em meados de 2004. No entanto, a distribuição de conteúdo de áudio é um pouco mais antiga, data dos anos oitenta, nos Estados Unidos, graças a uma programação com conversas e músicas em mídia física que era passada de mão em mão (Trigo, 2022, p.1). Foi somente a partir do surgimento da tecnologia RSS (Rich Site Summary), que se tornou viável agregar um grupo de informações publicadas e oferecer acesso a elas, de acordo com o assunto de interesse particular de cada ouvinte. E, como essa tecnologia agregava postagem de arquivos em formato mp3, as plataformas que as recebiam ficaram conhecidas por agregadoras (Trigo, 2022, p. 2).

Instaurados e abertos, esses espaços vazios das plataformas de podcasts passaram a ser preenchidos ao longo do tempo por pessoas pretas, que estão desenvolvendo um trabalho admirável na contação de narrativas históricas, realizando entrevistas e promovendo debates sobre ser negro e estar no Brasil atual diante dessa condição racial. Hoje, para citar alguns, temos o Mano a Mano, com mais de 38 mil seguidores, apresentado pelo vocalista do Racionais MC's, o Mano Brown, em um ambiente onde o rapper entrevista personalidades negras (mas não somente) para debater sobre problemáticas sociais, dentre elas, o racismo; o Projeto Querino, que possui mais de 7 mil seguidores, com apresentação de Tiago Rogero, produzido pela Rádio Novelo em parceria com a Revista Piauí, onde temos 8 episódios que contam a versão da história do Brasil que a maioria dos brasileiros desconhece: o negro como protagonista, desmascarando o sistema escravocrata e denunciando suas artimanhas.

Também com apresentação de Tiago Rogero, há o podcast Vidas Negras, que acumula atualmente cerca de 985 seguidores, no qual somos apresentados, em cada

episódio, a uma personalidade negra histórica ou da atualidade; e há outro ainda, chamado História Preta, com mais de 3 mil seguidores, comandado por Thiago André e produzido pela B9, cuja temática se dedica a abordar narrativas sobre memórias históricas da população preta brasileira e do mundo. Assim como esses, existem vários outros podcasts que tratam das temáticas Negritude e Antirracismo e que juntos somam milhares de acessos.

Particularmente, já aprendi bastante coisa sobre Negritude, decolonialismo, antirracismo e ancestralidade, de forma que nunca havia concebido na escola ou mesmo na graduação. Pensando nisso, dentre tantas práticas midiáticas contemporâneas que colaboram para difundir, divulgar, endossar e fortalecer o Movimento Negro, os podcasts têm ganhado espaço e promovido parte dessa mudança, atingindo um público amplo e contribuindo com essa missão. Então, seria certo pensar também, que por sua vez, esses programas acabam somando à formação de letramento racial e social de pretas e pretos em nosso país, a partir do momento que nos oferta a possibilidade de acessar memórias e constituir letramentos críticos raciais aos quais estávamos alheios.

O ensino de história deve ser capaz de proporcionar ao indivíduo uma reflexão crítica acerca da sua condição como sujeito histórico, pensando sobre si e sobre o mundo que o cerca de maneira conjunta, olhando para o passado como eixo explicativo do presente, mas compreendendo que também está contribuindo para a história em cada ato de seu cotidiano. A consciência histórica, base do pensamento humano, contribui para a definição das identidades coletiva e pessoal, sendo um dos conceitos que nos auxiliam a compreender que a história é muito mais do que o passado e que o ensino de história tem um papel fundamental na construção da nossa sociedade (Afonso, 2021, p. 2).

Se tomamos os podcasts como fontes contemporâneas da história negra, consequentemente, podemos admitir que sendo eles considerados como prática social, servem também de substância cultural, através de compartilhamento de narrativas, entrevistas e demais materiais, para integrar identidades sociais, que, como afirmou Hall (1997, p. 8, apud, Soares & Vicente, 2021, 12-13), são produzidas no interior da representação, a partir da cultura, não fora dela. Ou seja, esse perfil identitário é resultado de um processo que nos possibilita tomar posicionamentos acerca de definições que os discursos culturais (exteriores) proporcionam ou que nos constituímos subjetivamente (dentro deles). Assim, nossas subjetividades vão sendo elaboradas de maneira discursiva e dialógica. E, complementar a isso, as mídias que se valem de formatos sonoros podem (e estão) dando voz e ouvidos às vidas negras de nossa sociedade, porque nós importamos, sim, e é nossa vez de contar a nossa história.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Pablo Andrade. **podcast Memórias Decoloniais: Trajetórias de Vida e Iniciativas que Ensinam uma História Outra**. ANPPUH – BRASIL, 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro – RJ, 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; MELO, Glenda Cristina Valim de. Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social. *Revista de Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, p. 1-13, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

LAGARES, Xoán. Linguagem, ideologia e ativismo linguístico. In: LAGARES, Xoán. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**, p. 211 - 234. São Paulo: Parábola, 2018.

MUNIZ, Kassandra. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil, *Delta*, v. 32, n. 3, p. 767-786, p. 2016.

PINTO, Joana Plaza. **Ideologias linguísticas e a instituição de hierarquias raciais**. ABPN, vol, 10, p.704-720, 2018.

RIBEIRO, Djamilla. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSÁRIO, Luana Paixão Dantas do. O Logocentrismo da Representação do Mundo. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista: Unioeste/MCR*, v. 12, n. 23, p. 159 – 169, 2012.

SOARES, Rosana de Lima. VICENTE, Eduardo. Áudio e ativismo social: uso das práticas do podcast para a visibilidade de um discurso feminista. In: **Libro de Memoria – XXXII Congreso Alas Perú, Nuevas Mutaciones del Consumo Cultural em el Siglo XXI: Tecnologías, Espacios y Experiencias**. Peru, 2019.

TRIGO, Clara Faria. Vidas Negras e História Preta: podcasts dão voz ao invisível. XVIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador – BA, 2022.